

Norte propõe que Carta perdoe dívida estadual



Acatada a criação do Tocantins

O relator da Comissão de Organização do Estado, senador José Richa (PMDB-PR), acolheu a criação do Estado do Tocantins na nova redação de seu substitutivo, deixando por conta da Comissão de Redivisão Territorial a análise da viabilidade de instalação de outras oito unidades. Com isso, Richa acirrou ainda mais os ânimos dos defensores da redivisão imediata, inconformados com o privilégio dado a Goiás. Eles reuniram-se ontem à noite, em um churrasco organizado pelo deputado Hilário Braum (PMDB-RS), para discutir a estratégia a ser utilizada, na votação de hoje à tarde, para derrubar o substitutivo.

O primeiro passo dado pelo grupo, mesmo antes da reunião, foi a apresentação de mais de 15 pedidos de destaque para a criação dos estados do Juruá (AM), Tapajós (PA), Maranhão do Sul (MA), Santa Cruz (BA), Triângulo Mineiro (MG) — que passa a ter esse nome atendendo emenda feita pelo deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) — e Iguazu, que une o oeste e sudoeste do Paraná ao oeste de Santa Catarina.

Ontem à tarde, após a publicação do novo substitutivo, a procura pelo avulso na secretaria da Comissão foi muito intensa. O deputado Fernando Gomes (PMDB-BA), que propõe a criação de Santa Cruz, afirmou, revoltado, que o senador José Richa «terá que explicar direito de onde tirou esse privilégio».

Já o deputado Paulo Roberto (PMDB-PA) — favorável ao Estado do Tapajós — disse que não conseguia entender «o raciocínio de Richa». Explicou que o relator considera matéria não-constitucional a redivisão territorial «mas ao mesmo tempo, permite a criação de uma unidade».

Para o deputado Siqueira Campos (PDC-GO), relator da Subcomissão dos Estados e defensor do Tocantins, a postura de José Richa pode ser facilmente explicada. «Ele reconheceu o Tocantins em homenagem ao Congresso Nacional, que o aprovou duas vezes e teve o projeto engavetado pela Presidência da República». Campos, no entanto, diz que por questões de «solidariedade e coerência» apoiará a criação das outras cinco unidades e a transformação dos territórios do Amapá e Roraima em Estado.

De acordo com o novo substitutivo, o Estado do Tocantins será instalado 180 dias após a promulgação da nova Constituição e reunirá 60 municípios do norte do Estado de Goiás. O primeiro governador do Estado será nomeado pelo presidente da República e só será substituído quando forem realizadas as eleições de 1990. A Assembleia Legislativa será formada pelos atuais deputados estaduais e os representantes no Congresso Nacional serão os eleitos em 1986 na região.

O substitutivo prevê ainda que a União antecipará receita equivalente a 640 mil OTNs para despesas preliminares, tendo a nova unidade o prazo de 10 anos para repor a quantia.

Hoje, o Estado do Tocantins representa 23 por cento da arrecadação de Goiás. Com 1,2 milhão de habitantes, a região é a maior produtora nacional de gepsita — minério de gesso —, produz três milhões de toneladas de grãos por ano e possui seis milhões de cabeças de gado.

Com a preocupação de evitar que a autonomia dos Estados saia comprometida da Constituinte, um grupo de parlamentares do Pará, liderados pelo deputado Gabriel Guerreiro (PMDB) está articulando, junto com a bancada do Nordeste, uma proposta, a ser encaminhada possivelmente através da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, de «perdão» para a dívida dos bancos estaduais com a União, estimada hoje em torno de Cz\$ 100 bilhões.

O estudo das formas de encaminhamento constitucional do «perdão» para a dívida dos bancos dos estados com a União foi entregue ontem pela bancada paraense ao ex-ministro Nelson Ribeiro, atual secretário da Indústria e Comércio do Pará, e que acaba de ser indicado pelo governador Hélio Gueiros para negociar com o Banco Central a

intervenção no Banco do Desenvolvimento do Pará (Banpará).

A idéia do pedido de «perdão» para as dívidas estaduais surgiu logo após uma conversa entre o ex-ministro e o diretor de Fiscalização do Banco Central, Tupy Caldas, de quem tomou conhecimento das dificuldades vividas nesse momento por 14 bancos estaduais, 8 dos quais sob intervenção e o restante mantidos abertos com recursos do Programa de Recuperação Financeira.

Dívida dos Estados

Entretanto, Nelson Ribeiro informou que a discussão do assunto com a bancada paraense ampliou proposta para abranger não apenas a dívida dos bancos, mas todas as dívidas dos Estados com a União. Explicou, porém, que seu estudo não deve buscar «perdão» da dívida, como única

alternativa. Pretende sugerir «formas de maximizar um «perdão»».

A medida poderia ser viabilizada na nova Constituição através dos «Disposições Gerais», embora, de acordo com o ex-ministro, exista a alternativa de passá-la primeiro pelo Palácio do Planalto, com o propósito de buscar o apoio para a sua discussão na Constituinte.

Entende Nelson Ribeiro que não existe qualquer possibilidade de alguns Estados e bancos ressarcirem suas dívidas com a União, e a Constituinte apresenta uma excelente oportunidade de encaminhamento contábil para o assunto. «Não adianta a nova Constituição dar autonomia aos Estados, quando essa liberdade estará cerceada pelo endividamento com a União», concluiu.

O sul reivindica compensar perdas

Josemar Gonçalves

As bancadas do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina reuniram-se ontem no Congresso com os respectivos governadores — Pedro Simon, Alvaro Dias e Pedro Ivo — para definir uma posição comum em favor da emenda constitucional que cria «uma compensação financeira para as isenções de imposto concedidas pela União para as exportações».

A questão vinha sendo contornada na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças pelo relator José Serra (PMDB-SP), apesar da insistência dos parlamentares do Sul e do Sudeste em defendê-la. Hoje, entretanto, começa a discussão e aprovação final das emendas que vão compor o relatório final da Comissão.

As bancadas desses três estados do Sul, responsáveis por boa parcela das exportações brasileiras, principalmente de produtos agrícolas — mas também industriais — vão defender em bloco a «compensação tributária» pelas isenções fiscais determinadas pela União, que consideram, por outro lado, uma intervenção do Governo Federal no sistema produtivo estadual.

Briga com São Paulo

Ontem, depois de uma longa conversa com a representação do Rio Grande do Sul, o governador Pedro Simon, reafirmou não apenas essa posição, como defendeu a continuidade do sistema de quotas do Fundo de



Simon pede sistema de quotas

Participação dos Estados e Municípios, «um pouco mais revigorado», disse.

Com essa disposição a bancada Riograndense entra também no plenário amanhã pronta a contestar as teses paulistas de liberar as quotas do fundo para os estados mais pobres, ficando aqueles com renda média acima da renda média por capital nacional com os 5 por cento do Imposto sobre Produtos Industrializados.

«Não temos nada contra as emendas a favor de áreas mais pobres, mas não podemos também liberar nossa pequena participação na receita tributária nacional», disse o governador Pedro Simon.

Garantias Individuais

Bisol exclui o aborto em seu substitutivo

O senador José Bisol (PMDB-RS), relator da Comissão da Soberania, do Homem e da Mulher, acatou 100 emendas das 711 apresentadas ao substitutivo preliminar que será votado hoje, a partir das 20h30, na sala de reuniões da comissão temática. Bisol modificou cerca de 50 artigos, entre os quais suprimiu a questão do aborto, adotou novos critérios de desapropriação de propriedade, mudou o texto da discriminação como crime, retirando a expressão «orientação sexual», mas manteve a Defensoria do Povo, o Tribunal de Garantias Constitucionais e a Anistia, rejeitando todas as emendas supressivas alusivas a estas inovações.

O senador gaúcho se considerou satisfeito com o trabalho realizado, apesar de visivelmente cansado e abatido. «Estou mais preocupado com as modificações da sociedade brasileira e com a erradicação da pobreza do que com problemas conceituais, éticos e religiosos», desabafou.

Modificações

Alertado por emendas de parlamentares, Bisol reconheceu o erro cometido na letra a do inciso XVII — Propriedade, e reverteu o sentido do texto ao considerar os bens de

uso particular e familiar suscetíveis a desapropriações. Outra alteração promovida pelo relator foi a inclusão de critérios básicos para o processo de indenização em casos de desapropriações, como o uso do bem nos últimos três anos. Determinou também que lei complementar estabelecerá para cada caso específico as formas de indenização.

Bisol também retirou a expressão «orientação sexual» e o novo texto afirma que não se permitirá o tratamento desigual com base nas diferenças de condição social e individual, física e mental, de opção e orientação de comportamento, atitudes e hábitos».

O relator optou por suprimir a questão da vida intra-uterina, que dava margem à liberalização do aborto, e recomendou que a matéria fosse tratada em lei complementar.

Entretanto, o senador Bisol não cedeu às fortes pressões das Forças Armadas sobre a reintegração dos punidos e manteve na íntegra o texto sobre a concessão da Anistia. Sobre a manutenção da Defensoria do Povo, Bisol justificou «que não posso retirar pontos básicos do funcionamento da estrutura política, pois hoje faltam instrumentos de mediação entre o Estado e a sociedade», disse.

Jereissati critica proposta de Serra

Fortaleza — O governador Tasso Jereissati, do Ceará, considerou «um absurdo» e um verdadeiro «atentado contra o Nordeste» a proposta do deputado José Serra (PMDB-SP), relator da Comissão de Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, tirando a exclusividade dos estados do Norte e Nordeste do Fundo de Participação dos Estados. «Vou telefonar para o deputado hoje mesmo, manifestando meu repúdio», assinalou o governador cearense, ao revelar a sua disposição de promover uma mobilização conjunta de todos os seus colegas governadores da região, no sentido de fazer com que o parlamentar paulista desista de apresentar sua proposta. Jereissati esclareceu já ter mantido contatos com a bancada do PMDB, em Brasília, no sentido de reagir contra a matéria.

Sobre as declarações do ministro Bresser Pereira, da Fazenda, segundo as quais o governo federal não dispõe de recursos financeiros para socorrer os estados atingidos pela seca, Jereissati admitiu que «o que o ministro quis dizer foi que o governo não pode liberar recursos extras, fora de seu orçamento».

Educação/cultura

Távola prevê pluralismo ideológico

O deputado Arthur da Távola, relator da Comissão Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia, disse que procurou garantir, no seu anteprojeto, alguns direitos básicos do povo brasileiro.

Entre eles incluem-se a destinação de verbas públicas para a escola pública, a reserva de mercado no campo da informática; a criação de um sistema mais democrático para a concessão de canais de televisão, a proteção aos menores e aos idosos, uma legislação mais avançada para a família.

Na sua opinião, o anteprojeto traduz, também, um trabalho muito amplo no campo da educação da cultura, da ciência e da tecnologia e da comunicação, de forma a criar condições para o desenvolvimento brasileiro, com liberdade e, sobretudo, com pluralismo ideológico.

O trabalho será publicado para ser entregue hoje aos constituintes que, segundo Távola, «o aprovarão, rejeitarão, emendarão, da maneira mais variada possível».



Távola quer votação tranquila